

# Editorial

## Privatizar pra quê?

À época dos tucanos, houve o aprofundamento do processo de privatização de estatais no Brasil, iniciada, ainda, quando do governo Collor de Mello. O país teve suas fronteiras escancaradas para a vinda do capital internacional, o que gerou a quebra de várias empresas nacionais.

Os argumentos eram frágeis: o Estado não tinha como investir em áreas estratégicas - tais como telefonia, bancos, energia elétrica e mineração, dentre outras -, além de que a concorrência seria saudável porque o consumidor ganharia opções de escolha e o estímulo à competitividade geraria preços mais acessíveis. Nada disso era verdade.

De fato, as tarifas aumentaram, a qualidade dos serviços caiu e a competição em alguns setores nunca existiu. Não há competição, por exemplo, entre empresas de energia elétrica ou telefonia fixa. Como dizia Marx, na essência, a tendência do capital é o monopólio. Na prática, alguns monopólios deixaram de ser estatais para serem privados. E só.

Além disso, as privatizações transcorreram em meio a um mar de irregularidades, com empresas de patrimônio incalculável sendo vendidas a preço de banana, em “leilões” de cartas marcadas. A Vale do Rio Doce foi o exemplo mais evidente. Numa só tacada, “doou-se” não só o patrimônio mineral brasileiro, mas toda a estrutura de uma das maiores empresas de exploração do subsolo do mundo. O povo, novamente, e o país, perderam tanto do ponto de vista econômico como no tocante à soberania nacional.

A população tenta reagir de alguma forma. No início de setembro foi organizado pela CUT e apoiado por várias entidades sindicais e da sociedade civil organizada, um plebiscito para dizer não à continuação da Vale nas mãos do poder privado. Essa foi uma forma de dizer um NÃO para todas as privatizações. O Brasil não suporta mais ser saqueado.

A DIREÇÃO COLEGIADA

## O SINTSEF participa de plebiscito organizado pela CUT sobre Vale do Rio Doce



SR. PEDRO PERDIGÃO, APOSENTADO DO DNOCS, VOTA NO PLEBISCITO

O SINTSEF/CE decidiu em assembléia geral realizada ainda em 2006, apoiar o plebiscito realizado pela CUT. Nesse sentido, a direção colegiada, os delegados sindicais de base e as delegacias regionais, se responsabilizaram por 17 urnas, divididas em dois blocos: 9 na capital e 8 no interior. (pág 5)

## Mais de 20 mil protestam na Esplanada dos Ministérios

A atividade chamou a atenção pelo nível de organização da pauta de reivindicações da classe trabalhadora. Na bandeira de lutas, destaque para a derrubada do PLP 01, que propõe limites aos investimentos públicos, à defesa ao direito de greve, regulamentação da negociação coletiva no setor público e fim do projeto que possibilita a criação de fundações estatais de direito privado. (pág 5)



TRABALHADORES PROTESTAM UNIDOS DURANTE A MARCHA DA CUT

**Dia 19 de Setembro e 17 de outubro, às 15 horas, tem reunião de aposentados e pensionistas da Região Metropolitana de Fortaleza no pátio do SINTSEF/CE.**

## Grupo de Estudo Permanente

Terminou o segundo momento do Grupo de Estudo Permanente (GEP), realizado nos meses de julho e agosto de 2007, sob a coordenação do Diretor de Formação Política Jorge Luís de Oliveira, Mestre em Filosofia Política pela UFC. Os textos foram: **“O Trabalho sob o Domínio do Capital em Crise: Que fazer? O Sindicalismo sob o Signo da Barbárie”** (de Cristiane Porfírio – Doutoranda em Educação pela UFC) e **“Ir ou Não além da CUT? Uma Polêmica Sindical em Perspectiva Histórica”** (de

Valério Arcary – Doutor em História pela USP). Os dois textos foram de suma importância para subsidiar o grupo, teoricamente, sobre esta questão histórica, para que no dia 15 de setembro possam acompanhar melhor um debate que haverá sobre a CUT.

O terceiro momento será o estudo da dissertação de mestrado do Coordenador do Grupo: **“A Superação do Trabalho Alienado como Condição da Emancipação Humana em Marx”**. Esta dissertação em breve se transformará em

um livro pela Editora UFC.

Por fim, embora tenha havido um aumento no número de pessoas do GEP, o grupo continua aberto para participação de qualquer filiado ao SINTSEF/CE. O GEP se reúne todas às sextas-feiras, a partir das 16 horas, na sede do SINTSEF/CE. Compareça, pois, “estudar é revolucionário”.

Contato: 3255.73.00 (Falar com Cristina).

E-mail: jorluzfil@gmail.com

## Servidores do INCRA continuam mobilizados

O governo ainda não se esforçou para atender às reivindicações dos servidores do INCRA em todo o país. Mesmo depois da trégua dada durante a greve, que já durava mais de dois meses, não foi apresentada nenhuma proposta sólida

para atender aos interesses dos servidores. Em todo o país, cinco superintendências já voltaram a greve.

No Ceará, há diariamente, pela manhã, paralisação no órgão para mobilizar os servidores. No dia 13 de setembro,

houve uma paralisação durante todo o dia. No próximo dia 17 de setembro haverá uma assembléia dos servidores do órgão no Ceará, para deliberar sobre o retorno ou não do movimento paredista.

## Opinião

### UFC - decisão equivocada

Reputamos como preceito constitucional imprescindível para consubstanciar o processo democrático, a autonomia das universidades federais, haja vista ser a academia, sobremodo do ponto de vista político, um *locus* de resistência à coerção, que requer estratégias inteligentes, o que na práxis significa coerência e racionalidade, substantivos relevantes para a tomada de qualquer decisão.

Pelo exposto, contestamos sim e de forma veemente a ação interposta pelo “magnífico” reitor da Universidade Federal do Ceará, visando a requerer, mediante liminar, a entrada de forças de repressão, Polícia Federal e Exército, no âmbito da instituição, possibilidade não aventada sequer no regime de exceção,

objetivando perseguir, como se faz com opositores e marginais – porquanto literalmente os deixa à margem do processo democrático –, servidores técnico-administrativos que vêm prestando, há anos, relevantes serviços à instituição e à sociedade por primar fundamentalmente pela qualidade, licitude e ética no trabalho, bem como pela manutenção dos direitos, deveres e garantias constitucionais.

Nesse contexto, entendemos como anacrônica e insipiente a condução político-administrativa por parte do “magnífico” reitor, porque denota estar tal “magnificência” a capitular, como refém, ante as forças armadas – o que torna vulnerável uma instituição que é referência nacional e internacional – e, por conse-

qüência, a deixar refluir o consolidado estado de direito democrático.

Certamente, por não ser o “magnífico” reitor um neófito, apesar de estar, hoje, vazio e inconsistente o conteúdo de sua retórica, ficamos preocupados com a suposta “assessoria” de conspiradores fundamentalistas de extrema direita ou de extrema esquerda, considerando que são perigosos os extremos, porque não há justificativa plausível e defensável para ato tão primário, que tem deixado a todos perplexos e envergonhados, notadamente a comunidade universitária.

Vera Lúcia Moreira Gomes - Técnica em educação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC.

## GEAP não pode cortar plano de saúde dos pais e mães dependentes dos servidores

Em 5 de dezembro de 2006, O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicou a portaria nº 1.983, que determinava a extinção, até o fim do ano deste ano de 2007, da oferta do plano de saúde Geap (Fundação de Seguridade Social) para pais e mães de servidores. Com a medida, apenas no Ceará, 3.023 dependentes deixariam de receber o benefício.

Sobre o tema, a Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, realizou, no último dia 22 de agosto, uma audiência pública, que contou com a participação

do diretor do SINTSEF/CE, Luis Carlos Macedo, representando o sindicato.

No final do mês de agosto, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) conseguiu, na 4ª Vara da Justiça Federal do DF, a aceitação do pedido de antecipação de tutela feito pela entidade, garantindo direito de atendimento aos dependentes de servidores que renovaram convênios de saúde mantidos com a Geap. De acordo com a Justiça, uma Portaria jamais pode promover alteração na lei. Por isso, o governo deve manter o benefício.

Por enquanto, a ação alcança apenas

alguns sindicatos que entraram com o pedido através da CONDSEF, mas a Confederação solicitou revisão parcial da tutela para que todos os servidores federais pertencentes às bases de seus sindicatos filiados sejam protegidos pela decisão. O SINTSEF/CE está organizando, junto a sua assessoria jurídica e a CONDSEF, a sua participação na referida ação.

No dia 17 de abril deste ano, servidores federais da saúde fizeram uma paralisação de 24 horas em frente à sede da Funasa, em Fortaleza, para protestar contra a portaria.

## Demitidos/Anistiados protestam no Ministério do Planejamento

No último dia 21 de agosto, cerca de 200 servidores de empresas públicas, demitidos durante o governo Fernando Collor de Mello, exigiram, em ato realizado em frente ao Ministério do Planejamento, o retorno imediato ao trabalho, como define o decreto 6.077/07. Os anistiados criticaram a morosidade do governo e denunciaram que, mesmo com o aval de ministérios e órgãos de origem, a grande maioria não consegue ser readmitida.

O ato reuniu anistiados da Conab, Abin, BNDES, BNCC, Prólogo (Ministério da Defesa), Eletrobrás, Eletronorte, Ministério Ciência e Tecnologia, Companhia Vale do Rio Doce e CAEB. Uma comissão, formada por um anistiado de cada órgão presente no ato, foi recebida pelo secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira. Ele disse que o governo conhece a situação de cada órgão e que alguns, como a Conab, Abin e MCT, já estão com o processo bastante adiantado e que, no caso dos órgãos que foram extintos ou privatizados, há uma dificuldade maior. Foi questionada na reunião a demora no retorno dos anistiados, mesmo os que estão com o processo regularizado. Nenhuma resposta concreta foi dada

na ocasião, o que motivou os anistiados a fazerem uma vigília permanente em frente ao Ministério.

No dia 6 de setembro, em reunião com a CONDSEF, Duvanier Ferreira informou que a expectativa do governo é de que, até dezembro, entre 80% a 90% dos anistiados em situação regular devem ser reintegrados ao serviço público. O governo alegou uma série de pendências jurídicas que vêm dificultando esse processo.

Com compromissos descumpridos, os anistiados já não sabem a quem recorrer para ter seu direito à readmissão garantido. Desde o ano passado, a CEI (Comissão Especial Interministerial), criada para analisar anistias, já verificou mais de 5 mil processos. Segundo o governo, boa parte deles não apresenta nenhuma pendência do ponto de vista legal. A grande dificuldade está no chamado PDV (Programa de Demissão Voluntária). À época, muitos servidores foram impelidos a optar pela demissão. Nestes casos, existe um grande obstáculo do ponto de vista legal.

Um parecer da AGU, publicado no início deste ano, tornou a situação ainda mais difícil. Pelo parecer, cada processo devia comprovar a motivação política

que o servidor sofreu para se demitir. Mas a situação é difícil de ser comprovada, já que o fato ocorreu por uma decisão de política de Estado. Segundo o Ministério do Planejamento, entretanto, esta situação já está quase superada nos setores jurídicos da União.

Outros processos com pendência são os ligados à empresas extintas, como CAEB, BNCC e Banco Meridional, entre outras. De acordo com Duvanir, quatro Portarias para autorizar readmissões para Conab já estão prontas e aguardam assinatura do ministro Paulo Bernardo. Uma nova reunião para tratar a situação dos anistiados deve acontecer na última semana de setembro. A data do encontro ainda não foi confirmada.

### Anistiados da CAEB ganham, na justiça, direito de serem readmitidos

Foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 24 de agosto, sexta-feira, a nomeação de 52 servidores anistiados da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEB, para cargos em diferentes órgãos do Ministério de Minas e Energia. Os servidores conseguiram, através de ação na justiça, a readmissão imediata.

## Fiscais agropecuários novamente em paralisação

Os Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) decidiram retomar à paralisação de suas atividades no último dia 28 de agosto. O movimento grevista havia dado uma trégua ao executivo nacional durante 20 dias, à espera de um posicionamento do Ministério do Planejamento, responsável pela análise de um projeto de lei que determina a reestruturação salarial e de carreira dos profissionais. No entanto, o fato da proposta de reestruturação remuneratória apresentada pelo Governo Federal não estar de acordo com o compromisso assumido entre o Ministro Interino do MAPA, deputados da Comissão de Agricultura da Câmara e os Fiscais, realizada em 2 de agosto de 2007, os fiscais decidiram, em

assembleia geral realizada no dia 27 de agosto, retornar à paralisação das atividades. O SINTSEF esteve presente nesta assembleia, através do diretor Roberto Luque, e na oportunidade manifestou todo apoio à greve.

A Comissão Nacional de Negociação afirmou que o não cumprimento dos acordos firmados com a categoria confirma o descaso com que o Governo Federal trata a segurança alimentar, a defesa agropecuária nacional e os servidores públicos.

A luta dos Fiscais Federais Agropecuários é por uma justa remuneração, melhores condições de trabalho e pela valorização de uma carreira típica de Estado. A categoria reivindica, dentre outras coisas, um reajuste de 45% no salário-base

e aumento das gratificações. Para discutir sobre as estratégias de negociação com o governo federal e o futuro da greve da categoria, os Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) se reuniram, em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de setembro, em Assembleia Geral Nacional Extraordinária. Até o fechamento desta edição, não tínhamos informações sobre as deliberações do encontro.

Os servidores da Advocacia Geral da União (AGU) também se encontram em estado de alerta. Eles aguardam a possível aprovação de uma Medida Provisória que cria gratificações para os advogados e administrativos do órgão. Caso a MP não saia, a greve será o único instrumento de reivindicação.

## GT do DNOCS organiza ampla programação

O Grupo de Trabalho (GT) dos Servidores do DNOCS, juntamente com o consultor contratado pelo SINTSEF, definiram uma ampla programação de eventos que têm por objetivo ampliar a discussão e o aprofundamento das questões referentes à adequação do PCCs, Concurso Público e Regimento Interno ao novo momento da Autarquia, de forma que tudo seja elaborado de acordo com os elementos essenciais à solidificação de ações continuadas de modernização e sustentabilidade no semi-árido brasileiro.



REUNIÃO DO DNOCS, 30 DE AGOSTO, NO SINTSEF/CE, EM FORTALEZA

A referida programação consta de duas reuniões de trabalho e quatro seminários. No dia 30 de agosto, ocorreu a primeira Reunião de Trabalho, para nivelamento das informações, na sede

do SINTSEF/CE. Logo em seguida, no dia 06 de Setembro, o primeiro dos seis seminários, ocorreu no município de ASSU, no Rio Grande do Norte. Dia 12 de Setembro, houve mais um seminário, em Recife, Pernambuco. A agenda segue com outros encontros: 1) Dia 17 de Setembro – Seminário em Salvador/BA. 2) Dia 20 de Setembro – Seminário em Teresina/PI. 3) Data em aberto – Reunião de Trabalho para sistematização dos quatro documentos gerados nos seminários de setembro a realizar-se em Fortaleza.

## SINTSEF discute a transformação dos CEFETs em Instituto

De acordo com o decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, bem como as Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, deverão passar por um processo de integração para constituírem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs.

A transformação está sendo discutida pelos servidores dos órgãos envolvidos, tendo sido o assunto de um encontro convocado pela CONDSEF e ocorrido em Recife, nos dias 10 e 11 de agosto de 2007, quando participaram representando o Ceará, os delegados sindicais de

base do SINTSEF/CE, Lígia Gomes e Antônio Nunes. O sindicato deliberou, em reunião ordinária, que dois membros da direção colegiada, Eudes Rodrigues e Roberto Luque, acompanhariam de perto, juntamente com os delegados de base, a questão dos CEFETs, no Estado do Ceará.

Iniciando o acompanhamento, uma reunião na sede do CEFET/CE, ocorreu no dia 29 de agosto, para começar a traçar ações de discussão. Desta reunião foram tirados dois importantes encaminhamentos: 1) a realização de uma assembleia com os servidores; 2) um encontro com o diretor do CEFET no Ceará. Assembleia e encontro ocorreram dia 6 de setembro. Na assembleia foram

repassados os informes do encontro de Recife. Já na reunião com o diretor do CEFET/CE, Cláudio Ricardo Gomes, ficou acordado um seminário para o próximo dia 24 de outubro, a partir das 14h no auditório do CEFET, em Fortaleza, com objetivo de debater o tema com a comunidade estudantil.

Para o debate, o CEFET convidou a Srª Jaqueline Moll, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC e o sindicato indicou o Prof. Samuel Brasileiro, do quadro docente do CEFET/CE, para fazer o contraponto na discussão. Devem participar do evento, representantes das Escolas Agrotécnicas do Crato e de Iguatu e do CEFET de Fortaleza e do Cedro.

## SINTSEF/CE protesta juntamente com 20 mil trabalhadores na Esplanada dos Ministérios

Mais de 20 mil manifestantes, trabalhadores tanto do serviço público quanto do setor privado, movimentaram a Esplanada dos Ministérios durante a marcha organizada pela CUT, no dia 15 de agosto de 2007.

A atividade chamou a atenção pelo nível de organização da pauta de reivindicações da classe trabalhadora. Na bandeira de lutas, destaque para a derubada do PLP 01, que propõe limites aos investimentos públicos, à defesa ao direito de greve, regulamentação da negociação coletiva no setor público e fim do projeto que possibilita a criação de fundações estatais de direito privado. Essas e outras reivindicações como a manutenção do veto à Emenda 3, readmissão imediata dos demitidos pelo

governo Collor e defesa da reforma agrária foram levadas ao ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, em audiência realizada no dia 14 de agosto. No dia 15, uma nova reunião ocorreu com o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para tratar de diversos assuntos de interesse dos servidores.

As entidades presentes às audiências



GRUPO DE CARAVANEIROS A MARCHA DA CUT

criticaram as políticas de governo que prometem gerar resultados perversos para a sociedade, caso não sejam barradas. A institucionalização da negociação coletiva no setor público, com a ratificação da Convenção 151 da OIT, e a manutenção do veto à Emenda 3 foram dos poucos itens em que o ministro garantiu a defesa do governo. Sobre o PLP 01, Dulci se comprometeu a conversar com Paulo Bernardo e o relator do projeto, deputado José Pimentel (PT/CE), para que, juntos com entidades sindicais, sejam discutidas propostas e alterações possíveis.

O Ceará participou da caravana com dois ônibus. Um destes com servidores da base do SINTSEF, SINTUFC e SINPRECE.

## Servidores do MTE discutem Plano de Carreira

No último dia 25 de agosto, trabalhadores do Ministério do Trabalho (MTE), de todo país, estiveram reunidos em Belo Horizonte para discutir o Plano de Carreira dos Servidores Administrativo do

MTE. O servidor da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Reinaldo Silva, esteve no encontro, representando o Ceará. Na ocasião, foi discutida a proposta de Plano elaborada pela CONDSEF e aprovada

pela FENASPS e feita uma análise da visão dos servidores em relação à possibilidade de ver o Plano realmente cumprido pelo Ministério. Estiveram presentes servidores de 15 estados.

## CUT realiza plebiscito pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce

A CUT, a partir de suas lutas e posições históricas contra as privatizações das empresas estatais e pelo fortalecimento dos instrumentos estatais de promoção e financiamento do desenvolvimento, reafirmou no 9º CONCUT sua bandeira de luta “Pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce”.

Nesta luta pela defesa da soberania nacional e dos interesses do povo brasileiro, já se conseguiu que o Tribunal Regional Federal, em Brasília, acatasse a nulidade da avaliação do valor da venda da Vale, doada criminosamente pelo des-governo FHC em 1997, por míseros R\$ 3,3 bilhões ao capital privado, quando,

na época, o patrimônio da Companhia era calculado em quase R\$ 100 bilhões.

A ação judicial é um elemento que revigora a campanha para reverter o assalto e anular o leilão da maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo, essencial para o desenvolvimento nacional. É um grande desafio enfrentar e derrotar os interesses econômicos, a manipulação e o silêncio erguida por amplos setores da mídia e das forças conservadoras.

A coleta de votos do plebiscito ocorreu entre os dias 1º e 9 de setembro de 2007.

O SINTSEF/CE decidiu em assem-

bléia geral realizada ainda em 2006, apoiar o plebiscito realizado pela CUT. Nesse sentido, a direção colegiada, os delegados sindicais de base e as delegacias regionais, se responsabilizaram por 17 urnas, divididas em dois blocos: 9 na capital e 8 no interior. Os órgãos da capital foram: Ministério da Fazenda, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério da Agricultura, INCRA, DNOCS, IBAMA, FUNASA e CONAB, além da sede do SINTSEF. No interior, as cidades de Sobral, Baturité, Russas, Canindé, Crateús, Iguatu e Crato, além do Hospital de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, também receberam urnas.

## O comunismo é ainda uma utopia válida? (parte I)

Refletir sobre **um tema “tabu”** tão controvertido e já em “desuso” ou fora de moda como o “comunismo” é um desafio para quem quer, corajosamente, nadar contra a maré dos **modismos de época**: “o comunismo fracassou”; “o capitalismo é o último sistema econômico da história humana”; “o pensamento de Marx está superado” etc.

Mas garanto que poucos sabem **o que significa “comunismo”**. Já ouviram falar sobre... pela televisão, rádio, imprensa escrita etc., mas de modo superficial e preconceituoso, sem uma reflexão profunda, pois a imprensa, sobretudo a da mídia, é telegráfica, ou seja, informa, curta e rapidamente, os assuntos, os fatos, mas não faz uma reflexão profunda deles, e **Reflexão exige rigor e conhecimento, tempo de maturação do pensamento**. Mas vamos à reflexão a partir do pensamento de Karl Marx (1818-1883).

Marx e Engels escreveram o **Manifesto Comunista**, em 1847, para a Associação Internacional dos Operários, como guia teórico e prático das ações dos trabalhadores. Tal **Manifesto**, por um lado proclamava o desaparecimento inevitável da moderna propriedade burguesa (forma injusta de apropriação das coisas, do trabalho humano, da natureza pelo capitalista), por outro lado, refletia a história do movimento operário moderno a partir dos anos de 1840.

Várias foram as concepções de comunismo: o **“comunismo grosseiro ou vulgar”** (baseado numa comunidade de trabalho e salário iguais, pagos pelo capital comunal); o **“comunismo democrático ou despótico”** (que abole o Estado, mas não a alienação humana, a propriedade privada na forma de capital); e o **“comunismo”** enquanto abolição positiva da propriedade privada burguesa para libertar os trabalhadores da **auto-alienação humana**, ou seja, quando o ser humano se apropria verdadeiramente de sua essência, de suas potencialidades essenciais, ou seja, da sua força de trabalho.

O termo **“comunismo”** nos faz lembrar algo: **“comum a todos”, “comunidade”, “igualdade social”, “liberdade com solidariedade”,** assim como nas sociedades tribais onde todos produzem para saciar suas necessidades. E os princípios comunistas são: **“só come quem trabalha”; “de cada um conforme as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”**. Logo, todos têm que trabalhar para produzir coletivamente. A sociedade civil é o **sujeito histórico** mais importante e não o **“indivíduo sozinho”** que reivindica a **liberdade egoísta** ou **individualista**. O “comunismo” é a contraposição ao “capitalismo; nasce da crise final deste último, pois as contradições inerentes ao capitalismo vão obrigar historicamente a classe social excluída/explorada a construir algo contrário a este sistema perdulário, mas a partir dele. Verdadeiro paradoxo! É uma exigência histórica “inevitável” (possível), não querendo ser determinista. **O ser humano tem limites** para suportar o **sofrimento** provocado pelo sistema capitalista: pobreza, miséria, exclusão social, exploração do trabalho, desemprego crônico/estrutural, degradação do ecossistema do planeta etc.

O **comunismo**, diz Marx, **não é o sistema final da humanidade**, mas o fim da pré-história humana onde o ser humano não se subordinará mais às coisas, aos objetos, ao dinheiro, como algo superior a ele, adorando-as/os como algo dotado de poder que se lhes impõe. **O comunismo seria**, portanto, **o novo princípio energético do desenvolvimento de uma nova humanidade** em que o trabalho passaria ser a manifestação objetiva dos desejos criativos do ser humano, como **uma atividade vital prazerosa**, na qual materializará os talentos humanos. E a revolução dos trabalhadores seria o motor histórico dessa mega-transformação social.

O **comunismo**, para Marx, **é a verdadeira emancipação da humanidade**, não no sentido puramente político,

como prega a sociedade burguesa, mas no sentido ontológico-antropológico<sup>1</sup>. A emancipação humana no comunismo é, por um lado, o autodesenvolvimento das potencialidades e capacidades do ser humano, da sua individualidade e de seus talentos naturais; é superar a estrutura social capitalista baseada **na** exploração do trabalho humano, **na** forma cruel de apropriação da riqueza socialmente produzida e **na** divisão perversa do trabalho; por outro, é inaugurar a **sociedade comunal** fundada **na** propriedade coletiva da produção, **no** trabalho livre, criativo e ativo e **na** organização consciente do trabalho, ou seja, a partir da regulação **de** um “tempo de trabalho estritamente necessário”, **de** um “tempo disponível” maior (para atividades intelectuais, artísticas etc.) e **de** um sistema produtivo e cooperativo, estabelecido pelos trabalhadores associados. Enfim, o objetivo é resgatar o ser humano da escravidão salarial, do desprazer do trabalho capitalista e efetivar a verdadeira liberdade humana que é o autodesenvolvimento da sua humanidade/individualidade, de seu potencial intelectual, em novas bases reprodutivas qualitativas justas que visem a satisfazer as reais e verdadeiras necessidades humanas.

E os regimes comunistas soviéticos? Por que não fizeram isso? Por que fracassaram enquanto experiência histórica do comunismo? Por que exploraram também os trabalhadores? Essa reflexão ficará para Parte II.

Jorge Luís de Oliveira – Diretor de Formação Política

E-mail: jorluzfil@gmail.com

<sup>1</sup> *Ontologia = estudo do ser enquanto ser; neste sentido, libertação do ser humano enquanto ser coisificado. Antropologia = estudo do ser humano, neste sentido, libertação do homem enquanto homem desumanizado.*

## Sindicato apresenta histórico do processo dos 3,17% da FUNASA

A coordenação jurídica do SINTSEF/CE, bem como sua equipe de advogadas e estagiárias, têm trabalhado ao longo dos anos com extrema dedicação e seriedade. Muitas causas já foram ganhas em favor do trabalhador filiado ao SINTSEF/CE e, diariamente, é executado um amplo acompanhamento de ações que tramitam na justiça. Somente em 2007, dezenas de precatórios e RPVs já foram pagos, graças ao dinamismo e competência dos profissionais que atuam na área dentro do sindicato.

Processos como o N° 96.0000864-9, que trata do caso dos 3,17% da FUNASA, são tido como prioritários, em virtude da grande massa de trabalhadores que podem ser beneficiados, e recebem uma atenção redobrada.

Diante do exposto, a Direção Colegiada do SINTSEF avisa que somente a coordenação ou assessoria jurídica do sindicato têm competência para passar informes precisos das ações jurídicas do sindicato. Portanto, qualquer outra informação que não venha dessas pessoas devem ser consideradas como boatos e não como a palavra oficial do sindicato. Ressaltamos que nem tudo depende do sindicato e sim, do poder judiciário, que muitas vezes é um organismo burocrático e lento.

Em atenção ao filiados da FUNASA, a assessoria jurídica presta a informação precisa com um breve histórico do processo n° 96.0000864-9.

### Histórico cronológico do processo n° 96.0000864-9 3ª Vara Federal/CE 3,17% - SINTSEF/CE X FUNASA

A ação transitou em julgado e os cálculos foram apresentados. Em 2006, a FUNASA apresentou embargos à execução (processo n° 2006.81.00.012177-9) em que apresentava conta que afirmava ser a correta. Questionava também a participação, no processo, de falecidos, redistribuídos e aderentes ao PDV. Uma vez que a conta da FUNASA diferia da do sindicato apenas na dedução das parcelas pagas administrativamente e essa dedução teria que ser, efetivamente, feita, o sindicato concordou com a mesma e o juiz a homologou. Tudo isso em menos de um ano!

Como houve diferença entre as duas contas e a da FUNASA era menor que a conta do sindicato, o juiz condenou o embargado-sindicato em 5% sobre o valor da diferença a título de honorários advocatícios a serem pagos aos procuradores da FUNASA.

Respondendo a recurso do sindicato e com a concordância da FUNASA (em petição nos autos), o juiz esclareceu que o valor devido (aproximadamente de R\$ 75.000,00) poderia ser pago da seguinte forma: rateio entre os autores.

Após, foi expedido precatório para 10 pessoas. As demais devem ser pagas através de requisição de pequeno valor-RPV. No período da expedição do precatório, junho de 2007, a FUNASA recorreu nos autos sobre a questão da participação no processo de falecidos, redistribuídos e aderentes ao PDV.

O sindicato peticionou pedindo a

expedição das RPVs para os que não tinham questionamento por parte da FUNASA. O juiz deu 5 dias de prazo para a FUNASA, novamente, se pronunciar. Os autos foram para a procuradoria federal, ou seja, o advogado da FUNASA, em 06.08.2007. O prazo findou em 11.08.2007, e, como era sábado, expirou na segunda, 13.08.2007. Eles (FUNASA) somente devolveram em 20.08.2007 com petição em que dizem não concordar com a expedição das RPVs. A FUNASA apresentou apelação ao Tribunal Regional Federal no Recife, com respeito aos falecidos, redistribuídos e aderentes ao PDV.

No dia 21.08.2007, as advogadas do sindicato tiveram uma reunião com o juiz da 3ª VF/CE em que trataram da forma processual mais eficaz e rápida para a expedição das RPVs da maioria dos substituídos, ou seja, ativos e aposentados, o que representa mais de 90% dos participantes. O juiz afirmou que o TRF deverá se pronunciar sobre a questão levantada pela FUNASA. Também se comprometeu a destacar um funcionário para preparar as RPVs, tão logo chegemos a esse ponto. O sindicato já está com documentos que comprovam a regularidade dos CPFs dos participantes do processo, essencial à expedição das RPVs, para serem encaminhados à justiça com o objetivo de agilizar o processo.

Devemos, então, prosseguir no ritmo intenso de priorização desse processo, porém atendendo a todos os prazos legais.

Ressalte-se que, entre os meses de ju-

nho e começo de agosto, o processo foi, pelo menos, três vezes para a Procuradoria Federal, representante da FUNASA e duas para o sindicato. Isso é uma tramitação em tempo recorde! Os embargos estão tramitando em tempo recorde uma vez que datam de 2006 e já tem conta homologada! Tudo isso por conta da agilidade e prioridade que o setor jurídico vem dando ao processo e pela boa vontade da 3ª Vara Federal que tem encaminhado tudo a tempo e a hora! Qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento jurídico poderá atestar isso!

A última tramitação do processo foi o despacho do juiz notificando as partes (Sindicato e FUNASA) para se manifestarem sobre a reorganização do processo, estabelecendo um prazo de 48 horas. O Sindicato já se manifestou concordando com a organização do processo e acreditamos que a FUNASA já tenha também se manifestado.

Resumindo: por que os autores ainda não receberam seu dinheiro? A resposta é: porque a FUNASA questiona a participação nele de pessoas falecidas, redistribuídas e que aderiram ao PDV, inclusive com recurso ao tribunal em Recife;

Qualquer outra informação diferente do que está escrito acima é inverídica! Tudo que está escrito acima é a verdade e pode ser facilmente provado com documentos de dentro do processo! Estes documentos estão à disposição de qualquer um dos participantes do processo no sindicato.

## SINTSEF visita municípios do interior e elege delegados



ASSEMBLEIA NO VALE DO JAGUARIBE

Durante a segunda quinzena de agosto e a primeira de setembro, a direção colegiada do SINTSEF/CE visitou os municípios de Iguatu, Tauá, Russas, Banabuiú, Quixadá, Quixeramobim e Canindé para eleger delegados que participarão do 9º Congresso da CONDSEF, em Belo Horizonte, no final do ano.

Dos 90 delegados que devem ir ao

Congresso, já foram eleitos, 78, sendo 40 de municípios do interior. Faltam apenas 12 delegados a serem escolhidos em órgãos da Região Metropolitana de Fortaleza. A direção colegiada está empenhada em realizar com maior seriedade as eleições de delegados, para que os eleitos possam preparar-se com tranquilidade para o evento de dezembro.

Em visita ao município de Russas o sindicato realizou no dia 1º de setembro, o curso de Formação Política intitulado Concepção, Estrutura e Prática sindical, Módulo I. Este curso trata as origens históricas dos sindicatos no Brasil e no mundo; o papel e a importância do sindicalismo ao longo da história; as práticas

de rompimento com a estrutura sindical oficial que culminaram com a criação da Central Única dos Trabalhadores, dentre outros temas. Os diretores do SINTSEF, Roberto Luque, Aluísio Bastos, Eudes Rodrigues e Argemiro Medeiros participaram do encontro representando a direção colegiada. Estiveram presentes também, os coordenadores da delegacia e delegados de base da região.



PARTICIPANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO EM RUSSAS

## SINTSEF realiza curso de formação para dirigentes

Conforme aprovado no último Seminário de Avaliação do Planejamento Estratégico do SINTSEF/CE, realizou-se nos dias 13 e 14 de setembro, no Auditório do SINTSEF/CE, Curso de Formação Política para Dirigentes Sindicais - "Sindicalismo no Brasil: História, Concepções e Atualidade", ministrado por Helder Molina, historiador, professor da UERJ, educador sindical da Rede Nacional de Formação/CUT e assessor de formação da CUT/RJ.

Participaram deste evento cerca de



PROF. HELDER MOLINA, DURANTE O CURSO

100 dirigentes das seguintes instâncias: Direção Colegiada do SINTSEF/CE, o Conselho Fiscal, as Coordenações das Delegacias Sindicais de Base, a Coordenação

do Conselho de Delegados Sindicais de Base, o Conselho Editorial e o Coletivo de Formação.

No primeiro dia foram abordados os temas: 1) Capitalismo e Trabalho: Um re-gaste histórico; 2) Capitalismo e Trabalho no Brasil – Século XX; 3) Brasil Urbano e Industrial: O Estado Novo e sindicalismo. Na sexta-feira os trabalhos seguiram sobre os assuntos: 1) Sindicalismo e movimentos sociais na ditadura militar e na transição democrático-burguesa; 2) Desafios atuais ao sindicalismo e aos trabalhadores.

## ATENÇÃO FILIADOS COM ENDEREÇOS NÃO ENCONTRADOS

Atenção participantes de processos e ações através do Sindicato! O SINTSEF/CE comunica que várias cartas estão sendo devolvidas pelo Correio devido a não localização dos endereços. Nas cartas, solicitamos documentos para habilitação dos herdeiros que irão compor o processo, no caso de falecimento do servidor (a). Temos conhecimentos que alguns processos já têm, inclusive, depósitos efetuados. Pedimos que, por favor, entrem em contato com o setor jurídico do Sindicato o mais rápido possível. Apresentamos a seguir, a relação dos participantes dos processos, organizados por órgão:

### Ministério dos Transportes

Francisco Lima Barros  
Fernando Soeiro  
Edigar de Souza Lúcio  
João Gama da Rocha  
Raimundo Caetano dos Santos  
Francisco de Souza Lima  
José Flor  
Antonio Hermínio  
Maria Sena Gomes  
Maria Turmalina Barbosa de Freitas  
Raimundo Francisco de Souza  
Verônica Alencar Azevedo  
Eduardo Belo da Silva  
Eloy Bandeira de Melo  
Deusimar Bezerra Lima  
João José do Nascimento  
Francisco Xavier Luiz  
Heloisa de Castro Raftopoulos  
Francisco Chagas Cavalcante  
Geraldo de Castro Maia  
Maria do Carmo Ribeiro Loiola  
Crispiano Pereira da Silva  
Antonio de Sales Sousa

Geraldo Aristides Albuquerque  
Francisco Alves  
**Ex - LBA**  
Raimundo Nonato Sampaio Vaz  
**Comando do Exército**  
Maria Luisa Pereira da Cunha  
José Euvando Albuquerque  
Maria Carmem Ferreira de Souza  
Maria Valinda de Carvalho Braga  
Maria Reis Ferreira  
Raimunda Sales de Souza  
Edvar Rodrigues dos Santos  
Manoel Matias de Moura  
**Comando da Marinha**  
Natanael Marinho da Silva  
Donatila Alves Rodrigues  
**Ministério da Agricultura**  
Carlos Aurélio Maciel Vieria  
**SUNAB**  
Ricardo Santos Correia  
José Soares Pinto  
**Ministério da Educação**  
Neusa Sobreira de Oliveira  
**Ministério do Planejamento**

Luiza de Alencar Dias  
Francisco Dias da Silva  
**INSS**  
José Sávio Braga de Lima  
Helena de Oliveira  
Adalberto da Silva Campos  
Gardênia de Morais Cavalcante  
**Ministério da Fazenda**  
Maria Zildene Gurgel Gondim  
José Tomé Sabóia de Carvalho  
**Fundação Nacional de Saúde**  
Amado Moreira de Queiroz  
**INCRA**  
Elisabete Bernal da Rocha Moreira  
Sara Elisabete Alves de Oliveira  
José Forte Magalhães  
**Base Aérea**  
João Sabino de Paula  
José Paulino  
Milton Gomes da Silva  
**Ministério das Comunicações**  
José Bastos de Oliveira  
Antonio Alves da Silva  
José Walter Rocha Lima

Alice Magalhães Borges  
José Soares Linhares  
Francisco de Assis Soares Freire  
Francisca dos Santos Karam  
Jaime Ferreira Sales  
José William Teixeira  
M<sup>a</sup>. Lucia Távora Freire  
M<sup>a</sup>. Mirtes Herbester B. Carvalho  
Violeta Paiva de Castro e Silva  
M<sup>a</sup>. Alaíde Maia Chaves  
M<sup>a</sup>. Virgínia B. de Melo de Araújo  
Terezinha Pereira Arrais Martins  
Gilka da Cruz Castro de Araújo  
Waldemar Troccoli  
Marcelino Lopes  
Inah Abreu Ney da Silva  
José Barbosa da Silva  
José Ednard da Silva  
Maria Elisa Barbosa  
Francisco Arruda da Silva  
José Diogo da Silveira  
Francisco Monte Júnior  
Zilda Maria da Cruz Vasconcelos  
Maria Luiza Pessoa  
Terezinha de Jesus Pinto